



Com o patrocínio:



NAS TEIAS DA LEI



ANA LUISA BEIRÃO

Advogada Coordenadora do
Departamento de Direito do Trabalho
da SRS Advogados
ana.beirao@srslegal.pt

A INTERNET, REDES SOCIAIS E AS
LIMITAÇÕES DOS DIREITOS DOS
TRABALHADORES

A ampla utilização da internet revela-se apta a desviar o trabalhador, durante o seu tempo de trabalho, do cumprimento eficiente da sua atividade podendo até, em casos extremos, provocar danos ao empregador consoante o conteúdo que possa ser disponibilizado online.

Embora exista legislação e decisões relevantes da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) sobre esta matéria, a possibilidade do empregador limitar o acesso no local de trabalho da internet e redes sociais não descarta o respeito de direitos fundamentais dos trabalhadores, como a liberdade de expressão.

Relativamente ao acesso à internet e às redes sociais, tem vindo a ser consentida uma certa tolerância quanto à sua utilização no local de trabalho.

Contudo, como decorre de recente deliberação da CNPD, o empregador deverá socorrer-se de medidas preventivas estabelecendo, por exemplo, filtros capazes de gerir o acesso à internet por parte do trabalhador, solução que se revela mais eficaz que o controlo feito a posteriori, tanto mais que este não poderá ser permanente e/ou sistemático, devendo estabelecer-se standards de acesso ao histórico pelo empregador.

De salientar que, ainda que o trabalhador aceda à internet/rede social de forma contrária ao estipulado no regulamento interno da empresa, estará sempre vedado ao empregador aceder ao seu perfil pessoal, já que tal porá em causa a reserva da vida privada deste.

Será essencial encontrar um ponderado equilíbrio entre as posições de trabalhador e empregador, o que poderá ser alcançado através da criação pelo empregador de regras de acesso e utilização de internet, em particular, de regras de acesso às redes sociais durante o tempo e no local de trabalho. ♦